

Senado oferece ajuda ao Rio e sugere lei para evitar tragédias



Vladimir Pichonov/ABr

O senador José Sarney afirmou ontem que o Congresso Nacional está pronto para aprovar quaisquer medidas que o governo venha a propor para socorrer as vítimas da tragédia no Rio. **4**

Comissão apresenta quatro projetos para reformar legislação sobre saneamento básico, entre eles o que proíbe obras de infraestrutura em áreas de risco, como as encostas de morros. **5**

Cenário de destruição no Morro do Bumba, em Niterói. Projeto em debate no Senado restringe urbanização de áreas de risco, como encostas de morros

Órgãos do Senado passam a ter gestão orçamentária unificada **6**

Em busca de transparência nas agências reguladoras

Debate sobre 20 anos do Código de Defesa do Consumidor foi marcado por crítica de Renato Casagrande (foto) a ações das agências. **6**



Márcio Kallume

Regime de partilha recebe críticas de especialistas

Modelo proposto pelo governo foi criticado em seminário organizado pela Consultoria do Senado. **7**

Dia Mundial da Saúde é lembrado por senadores **8**

Sarney elogia Passarinho em lançamento de livro **2**



José Cruz

Paulo Vannuchi defende, diante dos senadores, as ideias reunidas no Programa Nacional de Direitos Humanos

Ministro diz que governo envia projeto sobre a Comissão da Verdade até o fim do mês

Em um debate organizado ontem por seis comissões técnicas do Senado, o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos disse que o projeto do governo para o setor che-

ga ao Congresso ainda em abril. A criação da comissão, forma escolhida para lidar com o tema dos desaparecidos na ditadura, foi considerada revanchista pela oposição. **3**

Presidente do Senado diz que ex-senador e ex-ministro, mesmo com posições firmes e polêmicas, sempre foi respeitado e admirado pelos colegas parlamentares. Livro é apontado como "obra de referência" sobre a Amazônia

Em lançamento de livro, Sarney exalta o brilhantismo de Jarbas Passarinho

O PRESIDENTE DO Senado, senador José Sarney, participou, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do lançamento do livro *Amazônia – patrimônio universal*, escrito pelo ex-senador Jarbas Passarinho.

Sarney apontou Jarbas Passarinho como "uma das maiores inteligências de nosso tempo", destacando o brilhantismo de sua atuação nos vários cargos públicos que ocupou.

– Ele que tinha sempre posições muito firmes e muito polêmicas, Jarbas Passarinho conseguiu, mesmo aqui no Senado, uma casa de debates e de controvérsias, ser respeitado, considerado e admirado por todos – disse.

Com relação ao livro, Sarney classificou-o como "obra de referência", em razão da riqueza de informações e, sobretudo, por discutir todas as questões sobre a Amazônia que foram objeto de polêmicas ao longo do tempo.

O livro de Jarbas Passarinho registra importantes questões referentes à Floresta Amazônica e às medidas de proteção



Jarbas Passarinho explica por que decidiu escrever o livro, observado por Romeu Tuma (E), José Sarney e Flexa Ribeiro

ao meio ambiente necessárias para sua preservação. A obra desmitifica e analisa comportamentos de diversos segmentos do pensamento ideológico brasileiro. Com riqueza de análises e argumentos, conduz os leitores a refletirem sobre os valores estabelecidos e pontos de vista

preconcebidos sobre a vasta região amazônica.

Jarbas Passarinho revelou que se sentiu na obrigação de escrever a obra devido à vasta experiência que acumulou sobre a Amazônia servindo como militar na região – sua terra natal.

– Como oficial [do Exército]

servi em Belém. Os últimos dez anos de minha vida de oficial foram como chefe do Estado Maior do Comando Militar da Amazônia. Já tinha ouvido tanta coisa sobre a Amazônia que me pareceu que era meu dever também dar uma palavra a respeito – afirmou.

Touré, do Mali: "Brasil é uma escola para a África"

O presidente do Mali, Amadou Toumani Touré, elogiou o "pulo qualitativo" alcançado pelo Brasil no cenário mundial. Touré visitou o Senado na manhã de ontem, sendo recebido no Salão Nobre pelo 1º vice-presidente da Casa, Marconi Perillo.

Na avaliação de Touré, ao fortalecer o Brasil no cenário internacional, o presidente Lula aprofundou as relações políticas e econômicas com a África.

– O Brasil é uma escola para o continente africano – afirmou.

Touré também disse que o Mali poderá vir a contar com o Brasil em acordos futuros, tais as potencialidades do continente africano. Para o presidente do Mali, os dois países têm riqueza cultural muito semelhante.

Marconi Perillo prometeu atenção especial da Presidência

do Senado a todos os tratados e acordos celebrados entre os dois países para que sejam aprovados com celeridade no Parlamento brasileiro. O senador também destacou as riquezas econômicas e culturais do Mali, apontando seu grande potencial de desenvolvimento.

Touré disse ainda que a Seleção Brasileira de Futebol é bem-vinda à África para os jogos da Copa do Mundo – que começa em 9 junho, na África do Sul – e garantiu que os africanos estão torcendo para que o Brasil seja hexacampeão em 2010.

Ex-colônia francesa

Localizado no oeste da África, Mali possui 13 milhões de habitantes – a maior parte na área rural. A economia baseia-se, principalmente, na produção de

algodão, bem como na exploração de recursos naturais como ouro, sal e urânio.

O idioma oficial do país é o francês, havendo, no entanto, mais de 40 línguas africanas que são utilizadas pelos vários grupos étnicos. Cerca de 90% da população maliense é muçulmana – a maioria, sunita; 5% são cristãos e 5% praticam crenças animistas tradicionais ou indígenas.

Mali é uma república semi-presidencialista, em que o presidente é o chefe de Estado e indica o primeiro-ministro, que atua como chefe de governo e nomeia o conselho de ministros. As leis são regidas pela Constituição de 1992, revista em 1999, que prevê a separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.



1º vice-presidente do Senado, senador Marconi Perillo (E) recebe o presidente do Mali, Amadou Toumani Touré

Presidente do Chile será recebido hoje

O presidente do Chile, Sebastián Piñera, será recebido hoje, às 11h15, pelo presidente do Senado, José Sarney. É o segundo encontro dos dois nos últimos meses. Em 24 de novembro do ano passado, ainda candidato à Presidência, o político chileno fez uma visita de cortesia a Sarney.

No encontro anterior, Piñera – que também foi recebido pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – perguntou sobre a história brasileira e a situação política do país.

Ao sair do encontro com Sarney, ele disse à Agência Senado que, caso fosse eleito, manteria a aliança estratégica que o Chile tem com o Brasil. Também manifestou apoio à entrada do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Presidente mundial da Ford anuncia investimentos no Brasil

O senador José Sarney recebeu a visita do presidente mundial da Ford, Alan Mulally, que agradeceu a rápida aprovação pelo Congresso Nacional da medida provisória que prorrogou os estímulos fiscais para as montadoras no Norte, Nordeste e Centro-Oeste (a Ford tem uma fábrica na Bahia).

Mulally anunciou também investimentos no Brasil de R\$ 4,5 bilhões, de 2011 a 2015.

Os senadores baianos César Borges (PR), Antonio Carlos Júnior (DEM) e João Durval (PDT), além de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e José Agripino (DEM-RN), participaram do encontro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Presidência Sarney recebe presidente do Chile

11h15 O senador José Sarney recebe, no Salão Nobre, o presidente do Chile, Sebastián Piñera. Às 13h, participa de almoço, no Palácio Itamaraty, oferecido pelo presidente Lula a Piñera.

Plenário Sessão apenas para debates

9h O Plenário realiza sessão não deliberativa, destinada a discursos e a comunicados da Mesa. Já estão inscritos os senadores Mão Santa (PSC-PI), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

CPC Código de Processo Civil

9h A comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil realiza audiência pública em Manaus, capital do Amazonas.

CPI das ONGs Requerimentos e eleição de novo vice

11h A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs reúne-se para apreciar requerimentos. Os senadores também elegem o vice-presidente da CPI.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Vannuchi diz que mídia noticiou com intensidade reações negativas, sem dar o mesmo relevo a apoios recebidos pelo Programa de Direitos Humanos

Projeto da Comissão da Verdade chega este mês

O CONGRESSO NACIONAL deve receber até o fim de abril projeto de lei do Executivo propondo a criação da Comissão Nacional da Verdade, que ficará encarregada de apurar violações aos direitos humanos durante o regime militar. A informação foi prestada ontem pelo ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em audiência promovida por seis comissões do Senado.

A reunião foi convocada para para que o ministro prestasse esclarecimentos sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Editado por decreto no ano passado, o programa incluiu entre os pontos mais polêmicos a criação da Comissão da Verdade. Vannuchi afirmou que a comissão não tem caráter revanchista e é a favor das Forças Armadas.

– Não é justo que as Forças Armadas brasileiras sigam carregando o peso por violências que foram executadas por algumas dúzias de torturadores – disse.

Na redação original, a comissão é apontada como um “passo importante” na busca de esclarecimento público das

violações de direitos humanos “por agentes do Estado na repressão aos opositores”.

Diante das reações nas Forças Armadas e do próprio ministro da Defesa, Nelson Jobim, o decreto foi alterado e passou a considerar, também como alvo das apurações, violações cometidas por integrantes dos grupos armados clandestinos que confrontaram o regime militar.

Mas outras propostas ainda incomodam os militares, como a ideia de identificar e tornar públicas as estruturas clandestinas onde ocorriam violências contra presos políticos.

Vannuchi disse que a mídia repercutiu com muita intensidade as reações negativas à comissão, sem registrar com o mesmo relevo os apoios recebidos.

O debate foi promovido em conjunto pelas comissões de Direitos Humanos (CDH); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Governo não tem posição fechada sobre descriminalização do aborto

Temas como aborto, atuação da mídia e mediação de conflitos agrários, apontou o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos aos senadores, constam do texto do PNDH-3 com erros redacionais. Segundo ele, o governo pretende corrigir esses erros e buscar uma redação mais consensual.

Sobre a questão do aborto, Vannuchi informou que a proposta de descriminalização foi incluída no PNDH-3 a partir de reivindicação de grupos de mulheres, com base no conceito de que a elas cabe o direito de decidir sobre o próprio corpo. No entanto, ele admitiu que não há no governo posição fechada sobre o tema e que o diálogo

está aberto com a Igreja, contrária à medida.

Com relação à imprensa, Vannuchi disse que o plano promove a garantia do direito à informação democrática e que há equívocos de interpretação a respeito do marco regulador que está sendo proposto. Mesmo assim, o ministro afirmou que há abertura para alterações no texto, de forma a definir critérios editoriais baseados em “ideias consensuais” – como as que inspiram a campanha de combate à “baixaria na TV”. A regulamentação, segundo ele, poderá ser feita em parceria com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Senadores debatem casamento homoafetivo e liberdade de imprensa

Casamento entre pessoas do mesmo sexo, direito ao aborto e liberdade de imprensa foram alguns dos assuntos discutidos ontem, durante a audiência pública promovida pelo Senado para debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que foi apresentado pelo governo federal no final do ano passado.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) e o senador Arthur Virgílio defenderam tanto a descriminalização do aborto como o reconhecimento da união homoafetiva.

– Sou católico, mas defendo a legalização do aborto. Neste momento, mulheres estão morrendo por realizarem abortos ilegais – declarou Virgílio.

Além de defender o casamento homoafetivo, Fátima Cleide,

relatora do projeto que criminaliza a homofobia (PLC 122/06), criticou os parlamentares que dizem que o preconceito não existe no país. Citando o programa de TV *Big Brother*, ela lembrou que assistimos à sociedade escolher como vencedor do programa um homem que, além do comportamento machista, é a síntese da homofobia.

Outro assunto tratado pelos senadores foi a suposta tentativa de censura à imprensa que haveria no PNDH-3. Enquanto Arthur Virgílio afirmou que a liberdade de imprensa é intocável, Aloizio Mercadante disse que só há um caminho para o controle social democrático dos meios de comunicação: o leitor controlar o jornal, o ouvinte controlar o rádio e o telespectador controlar a televisão.



Vannuchi (esq., ao lado de Azeredo) presta esclarecimentos sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos

Oposição e governo divergem sobre revanchismo

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), “há rancor” no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), apresentado pelo governo federal no final do ano passado. Ele afirmou isso ao se referir à Comissão Nacional da Verdade, cuja criação está prevista no programa.

Sua opinião recebeu o apoio de Tasso Jereissati (PSDB-CE), mas não é compartilhada pelos senadores governistas, que defendem a iniciativa, como Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP). O próprio ministro Paulo Vannuchi disse que o programa “não é revanchista e é a favor das Forças Armadas”.

A proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade recebeu críticas de representantes das Forças Armadas – que acusaram a iniciativa de “revanchismo” – e também do ministro da Defesa, Nelson Jobim.

De acordo com o programa, “no tocante à questão dos mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial, o PNDH-3 dá um importante

passo no sentido de criar uma Comissão Nacional da Verdade, com a tarefa de promover esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores”.

– Fui militante do Partido Comunista. Tive minha casa invadida na década de 1960 e meu pai foi cassado durante a ditadura, mas não guardo rancor disso. Não se deve abrir esse desvão – declarou Arthur Virgílio, que chorou durante a audiência.

Inácio Arruda, por outro lado, disse que “é difícil enfrentar problemas como o dos desaparecidos políticos sem receber a marca do revanchismo”. Ele também chorou ao citar casos de desaparecidos durante a ditadura.

Desaparecidos

Mesmo discordando quanto a ter havido revanchismo ou não, os senadores presentes na audiência concordaram quanto ao direito dos familiares dos desaparecidos de encontrar os corpos e saber o que aconteceu.

– Há famílias, como a do escritor Marcelo Rubens Paiva [cujo pai desapareceu durante a ditadura], que até hoje não sabem o que ocorreu com seus entes queridos – lembrou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O ministro Paulo Vannuchi argumentou que, tanto para essas famílias quanto para a consolidação da democracia brasileira, “é necessário fazer a narrativa do que aconteceu”.

Segundo ele, “isso é bom para as Forças Armadas, que não merecem carregar o peso de violências que não são responsabilidade institucional delas e foram praticadas por algumas dúzias”. O ministro também declarou que “a ideia da reconciliação é indispensável a um titular da Secretaria dos Direitos Humanos”.

Cristovam Buarque (PDT-DF), por sua vez, ressaltou que a Lei de Anistia tem de ser respeitada, mas isso não significa que não se deva contar a história do que aconteceu.

– Essa é uma lei de anistia, e não de amnésia – frisou o senador.



Inácio Arruda (E), Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio e Cristovam Buarque no debate



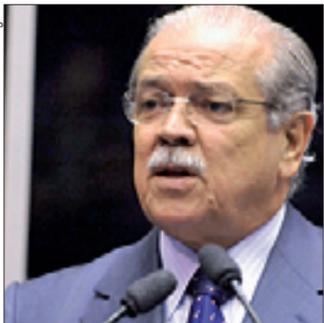
Marco Maciel sugere a aprovação de projeto que tramita no Senado

Maciel defende política nacional para o lixo

Marco Maciel (DEM-PE) defendeu ontem a aprovação do projeto que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, já aprovado pela Câmara dos Deputados. Ele assinalou que o projeto proíbe a catação de lixo em aterros e confere prioridade aos estímulos para as cooperativas de catadores de resíduos, que reúnem 800 mil pessoas em todo o país.

O senador assinalou que o texto recomenda a criação de consórcios intermunicipais para eliminar os chamados lixões.

– O colapso do saneamento ambiental no Brasil chegou a níveis insuportáveis. A falta de água potável e de esgotamento sanitário é responsável, hoje, por 80% das doenças e por 65% das internações hospitalares. Além disso, 90% dos esgotos domésticos e industriais são despejados sem qualquer tratamento nos mananciais de água. Os lixões são outro foco de problemas.



Segundo César Borges, é inaceitável as cidades conviverem com lixões

César Borges: país precisa de base legal para resíduos

César Borges (PR-BA) considera fundamental que o texto do projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos seja aprovado pelo Senado. A seu ver, ele é fundamental para dotar o país de uma base legal para a gestão do destino final e o tratamento do lixo urbano, um dos principais problemas ambientais.

A proposta, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), teve origem no PLS 354/89. Aprovado em 1991, seguiu para a Câmara dos Deputados. Em 2008, a Câmara instituiu grupo de trabalho que consolidou o texto hoje em exame na CCJ.

César Borges ressaltou que o Brasil produz 140 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia, das quais apenas 12% são recicladas. Os lixões, existentes em muitas cidades brasileiras, são inadmissíveis, completou o parlamentar.

Sarney: Congresso está pronto para ajudar o Rio

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que o Congresso Nacional está pronto para votar qualquer medida emergencial de ajuda ao Rio de Janeiro, atingido por chuvas e enchentes que resultaram em mais de 170 mortes. Sarney lembrou que o Rio já foi atingido por tragédia semelhante

em 1966, com mais de 140 mortes. “Foi feito um esforço nacional para resolver o problema. É preciso novamente que todos se mobilizem para salvar o Rio”, acrescentou Sarney. Projeto apresentado pela Comissão de Infraestrutura proíbe obras de saneamento em áreas de risco (leia mais na página 5).



Bombeiros carregam vítima dos deslizamentos no Morro do Bumba, em Niterói: tragédia mobiliza senadores

Alvaro Dias lamenta tragédia e cobra política de prevenção

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que as políticas de prevenção devem ser adotadas com prioridade pelo governo, para evitar tragédias como a que atingiu o Rio de Janeiro.

– Enquanto a chuva inunda e mata, nós lamentamos. O sol volta a brilhar, e nós esquecemos. Não pode continuar assim – afirmou o senador, lembrando que mais de 300 pessoas em todo o país morreram em consequência de enchentes desde o início de 2010.

Alvaro Dias disse que essas tragédias resultam de uma “combinação fatal” que inclui baixos investimentos em obras

de prevenção e a ocupação desordenada do solo urbano, entre outros fatores. O senador citou levantamento recente do Tribunal de Contas da União (TCU) segundo o qual, até o início deste mês, apenas 12% do montante previsto de um programa de prevenção a desastres foi desembolsado pelo Ministério da Integração Nacional.

Dos R\$ 318 milhões autorizados para uso do ministério, R\$ 39,4 milhões foram aplicados em 16 estados, mas o Rio de Janeiro “não recebeu nem um centavo sequer”, disse Alvaro Dias. Segundo ele, isso ocorre devido à “politicagem” existen-



Para Alvaro Dias, politicagem privou o Rio de Janeiro das verbas para obras

te no governo e à adoção de um único critério pelo Ministério da Integração Nacional no repasse dos recursos: o “critério político”.

– Não levam em conta no ministério as prioridades, não se estabelecem prioridades com competência – afirmou.

Burocracia atrapalha socorro, afirma Colombo

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC) se solidarizou ontem com a população do Rio de Janeiro, abalada por fortes chuvas que mataram mais de 175 pessoas e inundaram grandes áreas urbanas. Ex-prefeito e ex-secretário do governo de Santa Catarina, ele alertou que, “nessas horas, a burocracia atrapalha” o socorro do Estado às famílias atingidas. Citou que houve caso, no seu estado, em que a burocracia só liberou um ano depois dinheiro para compra de telhas destinadas aos desabrigados.

Colombo informou ter apresentado projeto no Senado,



Colombo lembrou o caso das enchentes de 2008 em Santa Catarina

durante as enchentes do final de 2008 em Santa Catarina, prevendo a realização de um sorteio da Mega Sena para aju-

dar os desabrigados. “Mas só agora, mais de um ano depois, o projeto foi aprovado” na Câmara, lamentou. Disse ainda que, ainda hoje, 1.030 catarinenses continuam morando em abrigos coletivos porque não conseguiram reconstruir suas casas.

– A burocracia atrapalha demais e é preciso fortalecer a defesa civil. As pessoas precisam do Estado nessas horas e não adianta ficar lembrando que elas constroem casas em áreas de risco. Que opção têm as pessoas pobres? – indagou.

Em aparte, Valdir Raupp (PMDB-RO) também manifestou solidariedade aos fluminenses.



Jarbas Vasconcelos considera a medida uma agressão ao Nordeste

Jarbas questiona absorção da Chesf pela Eletrobras

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou a ideia de transformar a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) em um “mero departamento” da Eletrobras. Essa ação, conforme disse ontem o senador, foi avalizada pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

– Trata-se de um processo semelhante ao que ocorre nas fusões, quando o grupo maior, paulatinamente, apaga a marca do parceiro menor. O problema é que, nesse caso, a empresa apagada – a Chesf – é bem maior que a parceira. Em 2009, a Chesf obteve um lucro de R\$ 764 milhões, contra apenas R\$ 170 milhões da Eletrobras – comparou.

Para Jarbas Vasconcelos, mudar o status da Chesf representa uma agressão ao Nordeste e aos nordestinos. Essa decisão revela um “ranço bolivariano e centralizador” no governo Lula, afirmou o senador.

Mais 12 cidades de Rondônia terão energia de usina

Valdir Raupp comemorou convênio aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com a Companhia Elétrica de Rondônia (Ceron) para interligação de 29 subestações ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando ao atendimento a 12 cidades no estado. Com isso, afirmou, as usinas termelétricas serão desativadas, reduzindo a poluição atmosférica.

O senador celebrou também a destinação de R\$ 400 milhões para asfaltamento da BR-429. Ele disse que já está pronto o trecho até Alvorada e que foi iniciado o que se estende ao município de São Miguel.

Em breve, informou Raupp, começarão as obras em outros três trechos, devendo em 2012 ser construído o que atenderá o município de Costa Marques, na fronteira com a Bolívia, passando por Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco e São Domingos.



Raupp diz que termelétricas serão desativadas, reduzindo a poluição

Uma das quatro propostas apresentadas proíbe obras de infraestrutura e a regularização fundiária em áreas de risco, como as encostas de morro

Propostas alteram legislação sobre serviços de saneamento no país

Os quatro projetos apresentados pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) alteram diferentes pontos da legislação que trata do saneamento básico no Brasil.

- O PRIMEIRO PROJETO tem por objetivo explicitar que toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação. Conforme essa proposta, que altera a Lei 8.987/95, tal concessão deverá também prever a isonomia entre empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas.

A ATUAL LEI que trata das normas de contratação de consórcios públicos (Lei 11.107/05) criou uma figura jurídica chamada contrato de programa, considerado um dos instrumentos para viabilizar a gestão associada de serviços públicos. A lei determina que haja contrato de programa para as obrigações a serem estabelecidas entre estados e municípios com vistas à prestação de serviços públicos. Esse contrato também deve ser feito para a formação de consórcio público na área de gestão associada em que haja prestação de serviços públicos.

O PROJETO MANTÉM a exigência da atual legislação de que o contrato de programa deverá prever procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares. O projeto proíbe, no entanto, que os serviços públicos remunerados, total ou parcialmente, por tarifas cobradas dos usuários ou por receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, sejam prestados por contrato de programa.

A PRESTAÇÃO REGIONALIZADA de serviços públicos de saneamento básico poderá, conforme a proposta, ser realizada por órgão, autarquia ou fundação de direito público estadual, municipal ou consórcio público. Também poderá ser feita por empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa privada que tenha vencido licitação para a execução desses serviços.

- O SEGUNDO PROJETO apresentado pela CI condiciona a alocação de recursos federais para obras nesse setor à existência de um projeto básico. O relator dos quatro projetos, senador Eliseu Resende, alegou, em parecer, que a medida deverá evitar que recursos federais sejam alocados para "projetos vagos, realizados para atender a prazos e demandas políticas". Ele explicou que atualmente já é exigido um projeto básico para a contratação de obras públicas, que deve conter condições mínimas de garantias para atender padrões técnicos de engenharia.

- O TERCEIRO PROJETO do novo marco regulatório do saneamento permite que recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam alocados no setor. Essa proposta não estabelece, entretanto, qualquer vinculação de recursos para a área de saneamento, pois isso poderia comprometer o atendimento ambulatorial e hospitalar. A medida pretende apenas acabar com restrições à alocação de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) no setor de saneamento, de modo a facultar aos dirigentes do SUS o apoio a projetos nessa área, considerada importante para a saúde preventiva, observou Eliseu Resende.

- O QUARTO PROJETO da comissão veda a regularização fundiária e a implantação de infraestrutura urbana em áreas de risco, com objetivo de prevenir acidentes, como os ocorridos em diversas cidades brasileiras devido às chuvas, que resultaram na morte de centenas de pessoas.

A ATUAL LEGISLAÇÃO já proíbe o parcelamento de áreas de risco. Muitas áreas sujeitas a alagamentos ou desmoronamentos têm se beneficiado, entretanto, de políticas de universalização de serviços públicos, como abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, além de regularização fundiária, o que contribui para consolidar sua ocupação.

ESSA PROPOSTA DISPÕE, portanto, que seja estendida tal proibição às políticas de regularização fundiária e de extensão de redes de infraestrutura, como forma de controle do uso do solo. Tal medida, segundo Eliseu Resende, "deverá contribuir, em última instância, para a preservação de vidas humanas".



Comissão, reunida ontem, decidiu apresentar ao Senado as propostas, depois de recolher sugestões em debate público realizado no ano passado

Fotos de J. Freitas

Comissão apresenta projetos para atualizar normas de saneamento

QUATRO PROJETOS DE lei que modernizam a legislação de saneamento básico, todos de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), começarão a tramitar pelas comissões do Senado nos próximos dias.

A decisão de apresentar os textos foi tomada pela CI em sua reunião de ontem, e teve como base quatro anteprojetos elaborados pelo presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL). As proposições aproveitaram dados recolhidos em debate realizado em novembro de 2009.

Ao apresentar parecer favorável às propostas, o relator dos projetos, senador Eliseu Resende (DEM-MG), afirmou que é preciso discutir a fundo a questão do saneamento básico, principalmente para evitar que desastres climáticos, como os que ocorreram no Rio de Janeiro e em Niterói, continuem causando vítimas.

Municípios

– É uma necessidade da legislação brasileira – destacou Eliseu, ao se referir à Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.



Fernando Collor (E) é o autor e Eliseu Resende, o relator dos anteprojetos da CI

Deficiência estrutural

Metade da população brasileira não é servida por redes de esgoto, o que impacta a saúde pública e a mortalidade infantil



Fonte: Trata Brasil/FGV, BNDES, PNUD

O primeiro projeto da CI restabelece a isonomia entre empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas para prestação de serviços públicos. Ao defender a matéria, o senador explicou

que a proposta visa definir o município como poder concedente do saneamento básico, estabelecendo que a concessão para serviços nessa área tem que ser obrigatoriamente precedida de licitação, como prevê a Lei

8.666/93.

– Há várias empresas estatais dedicadas ao saneamento básico que se julgam no direito de receber a tarefa do saneamento básico de prestar o serviço em cidades brasileiras sem licitação. A lei é clara: a contratação, seja de empresa pública ou privada, tem que ser feita mediante licitação – argumentou o relator.

Projetos

O segundo texto tem como ponto central, de acordo com Eliseu Resende, exigir a elaboração de projeto básico de engenharia para instruir investimentos e apoio da União a iniciativas municipais e estaduais. Já a terceira proposta autoriza a transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) também para projetos de saneamento básico, além da área da saúde.

O objetivo do quarto projeto, de acordo com o relator, é proibir a regularização fundiária e a implantação de infraestrutura urbana em áreas de risco, como as encostas de morros.

– É um projeto da maior importância em vista do que estamos assistindo nas cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e em Niterói – justificou Eliseu Resende.

Uso de recursos da saúde em obras preocupa senadores

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que duas questões o preocupam em relação às propostas do marco regulatório. A primeira é a exigência de projeto básico para a liberação de recursos federais nas obras de saneamento básico. Ele explicou que o ideal seria exigir o projeto executivo, que é o detalhamento da proposta básica e fundamental para se calcular os recursos necessários para a obra.

A segunda preocupação é

a transferência de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) também para o saneamento básico.

– Concordo que investimentos em saneamento básico evitam gastos com saúde, mas os recursos do SUS são insuficientes para cobrir os gastos com a própria saúde e agora, pelo projeto, serão também destinados para o saneamento básico – alertou Flexa Ribeiro.

Fernando Collor explicou que o anteprojeto não retira

recursos do SUS, apenas permite a liberação de recursos do Fundo Nacional de Saúde "para, eventualmente, serem utilizados em saneamento básico". Já com relação à exigência de apresentação de projeto executivo, o senador explicou que a Lei de Licitações somente faz menção a projeto básico.

– Temos que elaborar uma proposta com base na Lei 8.666/93, que se refere somente ao projeto básico. Se colocarmos o projeto execu-

tivo, entramos em conflito com a lei – explicou o autor dos quatro anteprojetos.

As propostas foram elogiadas pelo senador Jayme Campos (DEM-MT), para quem é preciso ampliar investimentos em saneamento básico, mas sem perder o foco na saúde.

– A saúde pública no Brasil está falida. Cerca de 60% das cidades não têm médicos porque os salários são baixos – registrou o senador pelo Mato Grosso.

Renato Casagrande considera absurdo que órgãos continuem a tomar decisões de "forma secreta", incluindo reajustes das tarifas



Na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Roberto Pfeiffer (E), André Ordacgy, senador Renato Casagrande, Bernardo Medeiros e Evandro Zuliani

Busca de transparência nas agências reguladoras

MAIOR TRANSPARÊNCIA NAS decisões das agências reguladoras de serviços públicos – a começar pela aprovação de norma legislativa tornando públicas todas as suas reuniões – é o que voltou a defender ontem o senador Renato Casagrande (PSB-ES). Para ele, é um absurdo que agências reguladoras continuem a tomar decisões de "forma secreta", incluindo aí os reajustes das tarifas, sem a participação da sociedade.

A afirmação foi feita durante

o ciclo de debates que reuniu especialistas para avaliar os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor (CDC). A reunião foi patrocinada pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Roberto Pfeiffer, diretor-executivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) do estado de São Paulo, apresentou sugestões para adaptar o código aos dias atuais, entre elas a regulação

das tarifas dos cartões de crédito; a aprovação de uma lei federal para bloquear serviços de *telemarketing*; e criação de um órgão próprio para tratar de *recall*, com destaque para os de automóveis.

Pfeiffer estranhou que as instituições bancárias e as empresas de telefonia e de energia ainda se mostrem "rebeldes" em relação ao CDC, sob o argumento de que estão submetidas a agências reguladoras. Ele informou que a aprovação de uma Ação

Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que os dispositivos constantes do código também são aplicados a bancos e a todos agentes econômicos, incluindo empresas de telefonia e de energia.

Bernardo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostrou-se preocupado com o superendividamento do consumidor, questão que ainda não consta de forma específica no CDC.

Já Evandro Zuliani, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), aconselhou o consumidor que se sentir lesado a entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) para resolver demandas de produtos ou de serviços, antes de procurar a Justiça ou o próprio Procon. André Ordacgy, da Defensoria Pública da União, sugeriu que a Justiça priorize os processos coletivos em relação aos particulares, na área de defesa do consumidor.



José Sarney preside reunião da Comissão Diretora: intenção de unificar administração foi anunciada no ano passado

Gestão do Senado, Prodasen e Gráfica é unificada

A Comissão Diretora do Senado aprovou ontem ato extinguindo a autonomia orçamentária, financeira e contábil da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Gráfica) da Casa. A medida se insere no propósito anunciado há um ano pelo presidente do Senado, José Sarney, de enxugar a instituição e tornar sua administração mais simplifi-

cada, transparente e racional.

Os integrantes da Mesa diretora decidiram submeter às mesmas regras a gestão de compras e contratações, de material e patrimonial, de orçamento, financeira e contábil do Senado, da Gráfica e do Prodasen. Essa gestão será de responsabilidade da Secretaria de Administração de Contratações (Sadcon), da Secretaria de Patrimônio (Spatr) e da Secretaria de Finanças,

Orçamento e Contabilidade (Safin).

O ato levou em conta a necessidade de providências para unificar essas áreas, considerando que essa medida é indispensável à padronização e uniformização dos procedimentos de ordem administrativa do Senado. A proposta resultou de trabalho realizado por comissão constituída pela instituição para esse fim.

Sarney assume a Presidência da República no domingo

O presidente do Senado, José Sarney, assume no domingo à noite a Presidência da República em decorrência de viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vai participar em Washington de reunião de cúpula sobre segurança nuclear.

Os primeiros na linha sucessória, o vice-presidente José Alencar e o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, não poderão assumir a Presidência, pois isso os tornaria inelegíveis para as eleições de outubro.

José Alencar tem viagem marcada para Montevidéu, no Uruguai, onde vai se encontrar com o presidente José Mujica, e Temer também deve viajar no período.

– Será um ato meramente protocolar, sem consequências administrativas – disse o

presidente do Senado.

Sarney deixou a Presidência da República em março de 1990, depois de ter assumido o cargo em decorrência da doença e morte de Tancredo Neves e de comandar o processo de redemocratização do país.

Ao final de seu mandato, Sarney passou o cargo para Fernando Collor, eleito diretamente pelo voto popular depois de 30 anos da última eleição direta.

As viagens internacionais do presidente Lula, segundo a agenda do Palácio do Planalto, devem somar um total de 27 dias até o final de julho.

Mesmo ocupando pela terceira vez a Presidência do Senado Federal, é a primeira vez que o senador José Sarney ocupará o Palácio do Planalto desde 1990.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Acir Gurgacz • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Cristovam exige compromissos de candidatos ao GDF

No próximo dia 17 de abril, os 24 deputados distritais da Câmara Legislativa vão escolher o novo governador do Distrito Federal. O eleito ocupará o cargo até 31 de dezembro de 2010. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) avisou que os candidatos dessa eleição indireta só terão o apoio do PDT e de seu único deputado distrital, José Antônio Reguffe, caso se comprometam a realizar algumas ações em prol do Distrito Federal e de sua população.

Entre as sugestões elencadas pelo senador para o governador temporário do DF, estão a obrigação de dar publicidade a todos os gastos que forem feitos pelo governo e a redução drástica dos cargos comissionados.



Cristovam Buarque

Mesquita Júnior celebra exemplo de honestidade

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) prestou ontem "uma sincera homenagem a pessoas de caráter, honestas e sérias da nossa sociedade", em referência aos donos e funcionários da loja Arte Fechaduras e Ferragens, em Brasília, onde sua filha esqueceu a carteira sobre o balcão.

Ao procurar os proprietários, ela teve devolvida a sua carteira com tudo que tinha dentro (documentos e cerca de R\$ 200). O senador agradeceu ao proprietário da loja, Gaspar, sua esposa, Márcia, e os funcionários Daniel, Cristiano e Rafael.

– A pessoa que tem um comportamento como esse certamente teria a decência de gerir bem os recursos públicos – afirmou Mesquita Júnior, para quem "a grande maioria do povo brasileiro é dotada de uma honestidade emocionante".



Mesquita Júnior

Mão Santa diz que ex-governador do Piauí é "mentiroso contumaz"

Mão Santa (PSC-PI) voltou a criticar ontem o presidente Lula e o ex-governador do Piauí Wellington Dias (PT), que estariam fazendo governos "muito ruins". O senador afirmou que Wellington Dias prometeu construir cinco usinas hidrelétricas no Piauí – no rio Parnaíba –, mas não concluiu nenhuma.

– O homem disse que ia fazer cinco hidrelétricas no rio Parnaíba... É um mentiroso contumaz! – afirmou o parlamentar em Plenário.

O senador também declarou que nenhuma indústria foi construída no estado, prejudicando a geração de emprego e renda.

– Sete anos de vacas magras, de falta de visão, de falta de competência, de falta de responsabilidade, de trabalho. Nenhuma fábrica. É uma loucura – disse.



Mão Santa

"O novo marco regulatório do petróleo" foi tema de seminário promovido pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado



Senador Marcelo Crivella (2º à esq.) participa dos debates realizados pelos servidores da Casa

Especialistas criticam modelo de partilha

ESPECIALISTAS REUNIDOS ONTEM criticaram o modelo de exploração do petróleo proposto pelo governo federal. Eles participaram do seminário "O novo marco regulatório do petróleo", promovido pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado.

Para o consultor legislativo Carlos Jacques Vieira Gomes, o modelo de partilha, previsto no PLC 16/09, expõe a União a riscos tanto do ponto de vista financeiro quanto do jurídico. Nesse regime, os lucros costumam ser auferidos a longo prazo. Além disso, o mecanismo, mais complexo, estaria mais sujeito a questionamentos que o modelo de concessão.

– A partilha permite cláusulas de contrato que não estão na lei, que o Executivo vai definir, o que dá margem a questionamentos judiciais – disse.

Inconstitucionalidade

Em relação à distribuição dos royalties do petróleo entre estados e municípios não produtores, incluída no PLC 16/10 pela Câmara, o consultor Francisco Eduardo Carrilho Chaves foi taxativo.

– A Emenda Ibsen não merece nenhuma consideração. É o bode fedorento posto na sala para dispersar a atenção.

Carrilho acredita que o verdadeiro ponto polêmico em toda a discussão do pré-sal é o suposto privilégio garantido à Petrobras nos projetos do governo – a seu ver, inconstitucional. O PLC 16/10 determina que a estatal será a única responsável por todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das atividades de exploração e produção do petróleo no novo modelo.

– Por que esse privilégio? Nenhuma outra empresa do setor poderia fazer isso? Já para Paulo Roberto Alonso Viegas, o PLC 8/10, conhecido como projeto de capitalização da Petrobras, é, de todos, o mais crítico. A proposta autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras, sem licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo em áreas não concedidas do pré-sal.

A íntegra do debate está reunida no estudo "Avaliação da proposta para o marco regulatório do pré-sal", que pode ser acessado pela página de textos para discussão da Consultoria Legislativa.

Arthur Virgílio reclama de atraso na maioria das obras do PAC no Amazonas

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse em discurso que, apesar das afirmações do governo federal, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão muito atrasadas. Segundo ele, das 417 obras programadas, só 66 foram concluídas (15,8%), a apenas nove meses do fim do mandato de Lula. Conforme o senador, o presidente da Associação Amazonense de Municípios, Jair Souto, afirmou à imprensa que a morosidade do PAC, "com obras indispensáveis, mas que nem saíram do papel", prejudica principalmente os municípios.

– Os baixos índices de conclusão das obras do PAC evidenciam a incompetência gerencial do governo Lula – disse o senador do Amazonas.

No mesmo discurso, Arthur Virgílio apresentou requerimento para que o Senado realize uma sessão especial para homenagear o jornalista e cronista esportivo Armando Nogueira, que morreu no último de 29, de câncer.

Virgílio ainda apresentou voto de aplauso ao general de brigada Racine Bezerra Lima Filho, que deixou ontem o comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, de Tefé (AM).

Senador quer fiscalização em navios que deixam o país

Arthur Virgílio, em outro discurso, pediu que a Marinha e as capitânias dos portos passem a fiscalizar os navios que saem do rio Amazonas com destino à Europa. O senador lembrou que, no final do mês passado, denunciou que navios estavam contrabandeando água dos rios da Amazônia.

A fiscalização deve se dar no lastro dos navios, afirmou Virgílio. A sugestão foi feita pelo capi-

tão da Marinha Mercante Celso Couto. A água contrabandeada, de acordo com a denúncia, seria engarrafada na Europa e no Oriente Médio. O senador pediu audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre o assunto.



Arthur Virgílio

Jefferson Praia apoia proibição de "pulseiras do sexo"

A proibição do comércio e do uso das chamadas "pulseiras do sexo" recebeu o apoio do senador Jefferson Praia (PDT-AM). Uma mania entre os adolescentes, as pulseiras são vendidas em várias cores: quem arrebenta a pulseira recebe uma retribuição da dona, que pode ir de um beijo até uma relação sexual, conforme a cor do acessório.

A Polícia Civil do Amazonas está investigando duas mortes ocorridas em Manaus, de um adulto e de uma adolescente de 14 anos de idade, e uma possível relação com as "pulseiras do sexo". A Justiça de Londrina (PR) já proibiu a venda e o uso da pulseira entre menores de idade, após o caso de estupro de uma menina de 13 anos que usava o adereço, ressaltou o senador.



Jefferson Praia

Roberto Cavalcanti anuncia projeto contra abusos em grampos

Os chamados grampos, feitos sob a alegação de auxiliar em investigações criminais, muitas vezes atingem cidadãos comuns, que nada têm a ver com condutas criminosas, afirmou na quarta-feira Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Ele anunciou que apresentará projeto para coibir abusos nas interceptações telefônicas.

A partir do número do telefone de um suspeito, disse o senador, são interceptadas comunicações de dezenas de pessoas que com ele mantenham qualquer forma de contato, "o que viola direitos fundamentais". Roberto Cavalcanti manifestou preocupação especial com o sistema de gravação Guardiã, que teria "abrangência e periculosidade fantásticas". O instrumento, disse, pode ser usado segundo as conveniências dos governantes.

Suplicy pede a Lula que interceda pela vinda da cubana Yoani Sánchez

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ao presidente Lula que interceda junto ao governo de Cuba para que permita a visita da blogueira cubana Yoani Sánchez ao Brasil. O objetivo é que ela possa ir a Ilhéus (BA) para o lançamento de documentário sobre sua vida, produzido por Dado Galvão e Emanuel Andrade.

Segundo Suplicy, Lula reúne condições excepcionais, por sua amizade com os irmãos Fidel e Raúl Castro e com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para que este rompa com o embargo econômico a Cuba e os dirigentes cubanos concedam maior liberdade a seu próprio povo.

Suplicy leu carta de Yoani a Lula, de 14 de março, em que ela diz querer vir ao Brasil.



Roberto Cavalcanti



Eduardo Suplicy

JAYME CAMPOS CELEBRA 291 ANOS DE CUIABÁ



Jayme Campos

Waldemir Barreto

Ao homenagear Cuiabá, que comemora 291 anos, o senador Jayme Campos (DEM-MT) disse que poucas cidades brasileiras experimentaram um crescimento tão virtuoso como a capital mato-grossense, nos últimos 40 anos. O senador afirmou que a cidade que nasceu às margens do rio Cuiabá viveu momentos de estagnação até se transformar no mais dinâmico polo agropastoril da nação.

MÁRIO COUTO: "ESTE GOVERNO NÃO É SÉRIO"



Mário Couto

Waldemir Barreto

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que "este governo não é sério". Ele se referiu ao acordo feito pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), sobre o reajuste dos aposentados. Reunião da qual participaram Paulo Paim (PT-RS), representantes da Cobap e Jucá definiu que o reajuste desses aposentados e pensionistas para o ano que vem passaria de 6,14% para 7,71%. Depois, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse que não há acordo.

ROSALBA ALERTA PARA ABORTO NO SUS



Rosalba Ciarlini

Genildo Magela

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) diz temer que a liberação do aborto tenha, no Sistema Único de Saúde (SUS), o mesmo destino da laqueadura de trompas: quem pretende fazer esse tipo de cirurgia enfrenta grandes filas.

– Vai liberar o aborto? Cadê as condições para fazer esse tipo de procedimento? Vai ser muito bom para quem possa botar uma clínica particular. Vai aparecer tudo para banalizar cada vez mais a vida e tirar lucros.

Efraim relata encontro da União Interparlamentar

O senador Efraim Morais (DEM-PB) destacou ontem sua participação na 122ª Assembleia Geral da União Interparlamentar, realizada em Bangkok, na Tailândia, de 27 de março a 1º de abril.

Efraim liderou uma delegação que contou com a participação de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Heráclito Fortes (DEM-PI), João Tenório (PSDB-AL), Patrícia Saboya (PDT-CE) e deputados federais.

Entre outros temas, o encontro debateu os direitos das crianças e questões ambientais.



Efraim Morais liderou delegação brasileira no encontro

Uma espécie de parlamento mundial

A União Interparlamentar opina sobre os problemas internacionais que podem ser solucionados pela ação dos parlamentos. Grupos nacionais representam seus legislativos numa espécie de parlamento mundial, "não obstante sem legislar ou interpretar legislação de forma obrigatória", observa o senador Efraim Morais (DEM-PB). A representação é proporcional à população do país.

Os grupos nacionais encaminham em seus parlamentos as resoluções da União que compoem ação legislativa ou governamental.

Zambiasi alerta para tragédia social provocada pelo crack

Enfrentamento do problema depende de três ações fundamentais: repressão, prevenção e recuperação, diz senador, autor de lei que facilita convênios para combater o uso da droga

AO LEMBRAR A comemoração, ontem, do Dia Mundial da Saúde, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) alertou para a "tragédia social" que representa o crescimento do consumo de crack. A droga é uma mistura de cocaína impura com bicarbonato de sódio em forma de pequenas pedras, geralmente fumada.

O senador destacou artigo do escritor gaúcho Moacyr Scliar, publicado pelo jornal *Zero Hora*, segundo o qual evitar o consumo é um passo importante na solução do problema, que não passa apenas pela repressão.

Zambiasi disse que é preciso proporcionar informação em abundância para que todos saibam o que é o crack e o mal que produz. Para o senador, o enfrentamento do problema depende do fortalecimento de três ações fundamentais: repressão, prevenção e recuperação. Ele mencionou três propostas de sua



Zambiasi: "É preciso que todos saibam o que é o crack e o mal que produz"

Waldemir Barreto

autoria que podem dar melhores condições ao poder público para intervir no problema. Um dos projetos, que já se tornou lei (12.219/10), permite que a União celebre convênios diretamente com municípios para prevenir o uso de drogas,

além de possibilitar a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes.

As outras duas propostas tramitam em comissões: o PLS 187/09 prevê o aumento da pena para o tráfico de drogas mais danosas; e o PLS 202/09 possibilita a revisão, de ofício, da decisão do médico perito da Previdência Social que opinar pela cessação do benefício do auxílio-doença, antes do término do tratamento.

– O que ocorre, na prática, é que o beneficiário da Previdência Social, ao se submeter ao tratamento de dependência química, muitas vezes tem o seu tratamento bruscamente interrompido, pois a avaliação do perito conclui que ele está apto a voltar ao trabalho – disse Zambiasi, que recebeu, em aparte, apoio de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Geovani defende projeto para agentes de saúde

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu que os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias passem a ser contratados pelo Regime Jurídico Único (RJU) no lugar da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ele lembrou que seu irmão, o senador licenciado Gilvam Borges, apresentou projeto (PLS 323/09) para permitir que tais agentes, admitidos por gestores locais do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), sejam admitidos pelo RJU do estado ou município.

Partes do projeto de Gilvam Borges foram incorporadas ao substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovado na quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Geovani Borges lembra que projeto ainda precisa passar pela CAS

Waldemir Barreto

(CCJ). O texto modificou o PLS 48/07, sobre o mesmo assunto, e ainda será votado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Assim, o texto substitutivo mantém a ideia de ajustar a legislação às recomendações da Emenda Constitucional (EC) 51/06, que já determinava a realização de processo seletivo público para contratação de agentes de saúde e de combate às endemias pelos gestores do SUS.

Acir Gurgacz vê avanço em fundo para a Amazônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que, apesar da reafirmação do interesse internacional em manter a Amazônia intocada, viu avanços no Fórum de Sustentabilidade de Manaus, realizado de 26 a 28 de março. O evento reuniu o ex-vice-presidente americano Al Gore, o pesquisador e ex-assessor-chefe de Biodiversidade do Banco Mundial, Thomas Lovejoy, e o cineasta James Cameron, além de empresários, jornalistas e políticos brasileiros.

O avanço registrado pelo senador foi um comentário do escritor e jornalista norte-americano Mark London, que apontou a possibilidade de, com a ajuda de outros países, criar-se um fundo mundial para investimentos na Amazônia.



Fundo deve ser mantido por países poluidores, defende Gurgacz

Waldemir Barreto

Segundo Acir Gurgacz, o jornalista disse que os Estados Unidos estariam dispostos a pagar para implementar tecnologia em outros países que garantam a preservação da floresta. Para o senador, esse fundo não deveria ser mantido apenas por um país, mas por todos aqueles que contribuem para a poluição em escala mundial, que não ajudam na recuperação de outras áreas degradadas e que cobram a conservação da Amazônia.

exposição
SENADO FEDERAL: 50 ANOS DE BRASÍLIA
 de 14 a 29 de abril | 9h30 às 17h
 Salão Negro do Palácio do Congresso Nacional